



DURKHEIM E A CRISE FINANCEIRA:

reflexões sobre anomia e a relação entre economia e sociedade

Ilan Lapyda*

A história ensina que os períodos de relativa estabilidade geralmente engendram expectativas irrealistas quanto à sua continuidade e podem levar a excessos financeiros e tensões econômicas.

Alan Greenspan, ex-presidente do FED, 2005.

Resumo O presente trabalho buscará tecer algumas reflexões teóricas sobre o funcionamento da esfera econômica e sua relação com o todo social, suscitadas pela atual crise econômica mundial. Tais reflexões estão fundamentadas, primeiramente, nos diagnósticos de muitos especialistas quanto aos fatores que desencadearam a crise financeira, a saber: a falta de regulação do sistema, uma crise de confiança e o chamado “risco moral” que permeava as decisões dos investidores e das instituições financeiras. Em segundo lugar, há o arcabouço teórico durkheimiano, com os conceitos de anomia/regulação e de normal/patológico, que parece ter uma “afinidade” com esses diagnósticos da crise e parece ser útil para a compreensão do problema. Por último, vale-se da teoria marxista para alcançar aprofundamento nas considerações sobre as crises e sobre como economia e sociedade se interpenetram.

Palavras-chave crise financeira; anomia; Durkheim; marxismo.

* Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo.

Durkheim and the financial crisis: reflections on anomie and relations between economy and society

Abstract *This study will make some theoretical reflections on the functioning of the economic sphere and its relation to the social whole, raised by the current global economic crisis. These studies are based primarily in the diagnosis of many experts about the factors that triggered the financial crisis, namely the lack of regulation of the system, a crisis of confidence and the so-called “moral hazard” that permeated the decisions of investors and financial institutions. Secondly, there is the Durkheimian theoretical framework, the concepts of anomie/regulation and normal/pathological, which seems to have an “affinity” with these diagnoses of the crisis and may be useful to understanding the problem. Finally, we make use of Marxist theory to delve into the considerations about the crisis and how the economy and society interpenetrate.*

Keywords *financial crisis; anomie; Durkheim; Marxism.*

A CRISE FINANCEIRA MUNDIAL SOB UM OLHAR “DURKHEIMIANO”

A crise econômica que teve início em 2008 na esfera financeira atingiu primeiramente os Estados Unidos, mas rapidamente espalhou-se para o resto do mundo. A magnitude da turbulência nos circuitos abstratos das finanças logo produziu seus efeitos na esfera produtiva e no “mundo real”, mostrando o papel central que o complexo financeiro possui nas sociedades contemporâneas.

Em termos socioeconômicos, por exemplo, “desde o início da recessão, em dezembro de 2007, o número de desempregados nos EUA aumentou 7,2 milhões de pessoas, e a taxa de desemprego cresceu 4,6 pontos percentuais” (FOLHA ONLINE, 2009), segundo reportagem do jornal *Folha de S. Paulo*. Em outros países, os reflexos não são menos profundos e já têm alterado a vida de muitas pessoas, provocando protestos em todo o mundo.

Contudo, para além das consequências da crise, o que chama atenção é um conjunto de explicações para ela, dadas por especialistas, que possuem um olhar voltado para temas caros a Durkheim, quando analisava a sociedade de seu tempo. O vocabulário utilizado remete à regulação dos agentes, à forma como suas expectativas e ações são estimuladas ou moderadas e até mesmo a estados gerais de desconfiança que abalam o funcionamento do sistema.

Nesse sentido, uma das explicações para a crise foi a de que os agentes do mercado financeiro não estavam sendo adequadamente supervisionados por uma instância reguladora – seja por sua ausência, seja por sua obsolescência –, o que os estimulou a assumir riscos cada vez mais elevados, que fugiram ao controle¹.

O secretário do Tesouro e o diretor do Conselho Econômico dos EUA escrevem:

Nossa estrutura de regulação financeira está repleta de lacunas, fraquezas e sobreposições jurisdicionais, e sofre de uma concepção ultrapassada do risco financeiro. Nos últimos anos, o ritmo da inovação no setor financeiro ultrapassou o ritmo da modernização regulatória, deixando mercados e participantes do mercado em boa medida livres da regulação (GEITHNER; SUMMERS, 2009).

Em seguida, em um “arroubo durkheimiano”, os autores propõem medidas que visam a “proteger o sistema dos seus próprios excessos” (GEITHNER; SUMMERS, 2009). O coroamento do diagnóstico parece estar resumido na análise de um repórter sobre o discurso do fundador e presidente do Fórum Econômico Mundial, Klaus Schwab: “para Schwab, o colapso financeiro expôs uma crise de valores e de ética” (O ESTADO DE S. PAULO, 2009).

¹ Jairo Saddi, diretor do IBMEC Direito, afirma que, “na crise atual, as instituições com baixa regulação foram os *hedge funds*, que estavam em situação de liberdade e grande apetite por risco sem medo” (SADDI, 2008).

Um elemento subsidiário desse tipo de explicação é o chamado “risco moral”. Desde os Acordos de Bretton Woods, em 1944, mas principalmente após seu fim, na década de 1970, quando inúmeras crises passaram a assolar o mundo², uma figura institucional tornou-se muito importante: o prestador de última instância. Podendo ser o Banco Central de um país ou um organismo internacional (o FMI, por exemplo), o prestador de última instância age durante uma crise “injetando liquidez” na economia para mantê-la funcionando até que ela tenha condições de se regularizar. Contudo, ele o faz por meio de empréstimos, ao modo de um “deus *ex machina*” que intervém de fora para socorrer a economia, uma vez que ele está fora da lógica do mercado³.

Embora esse mecanismo estabilizador muitas vezes seja eficaz em termos econômicos estritos, sua repetição ao longo das sucessivas crises possuiria um efeito “moral” deletério: os agentes, pressupondo que sempre haverá um resgate em caso de necessidade, passam a arriscar-se cada vez mais em suas operações, o que, por sua vez, acaba aumentando a probabilidade de uma crise ocorrer.

Na atual crise, a discussão acerca dos trilhões de dólares a serem usados no socorro não era somente sobre de onde tirar e de que forma disponibilizar o dinheiro para tanto, mas até que ponto isso deveria ser feito, a fim de que, por um lado, a economia não colapsasse e, por outro, não se premiassem os agentes econômicos irresponsáveis, agravando o risco moral para o futuro.

Por fim, há mais um elemento que seria importante ressaltar, normalmente considerado o estopim da crise. Como visto, com a ampla desregulamentação

2 Com a liberalização financeira, crises econômicas vêm se sucedendo com uma regularidade impressionante desde 1982: crise do México em 1982 (ponto de partida da crise da dívida dos países do Terceiro Mundo), *crash* de Wall Street (1987), estouro da bolha imobiliária internacional e crise do mercado de câmbio na Europa (1990), segunda crise do México (1995), crise asiática (1997), crise russa (1998), crise do Real (1999), estouro da bolha das empresas de internet nos EUA (2001), entre outras. Consultar Chesnais (2008).

3 O prestador de última instância fornece crédito exatamente porque este se encontra extremamente escasso no mercado. Por isso é que ele é considerado de “última instância” e é caracterizado como um “socorro”.

financeira posta em prática desde os anos 1970⁴, os agentes econômicos se aventuram cada vez mais no fluido, dinâmico e desregulamentado campo das finanças (em que a obtenção de lucros é muitas vezes mais promissora do que na esfera produtiva). Além disso, suas decisões individuais estão cada vez mais arriscadas em razão do risco moral; as “balizas morais” do jogo econômico estão enfraquecidas.

As “bolhas” financeiras, embora facilmente percebidas, continuam a crescer, pois cada um *acredita* que os demais continuarão a investir. O problema é exatamente este: a bolha vai atingindo níveis que beiram o absurdo, deixando os agentes mais apreensivos. Em dado momento⁵, a desconfiança com relação à sustentabilidade do sistema é abalada, e um movimento massivo de venda de ativos se inicia, realizando o próprio temor. O estouro da bolha seria, pois, a consequência de atitudes individuais descompromissadas, que, por falta de coordenação, são irracionais do ponto de vista geral por desencadear a crise.

ANOMIA PATOLÓGICA NA ESFERA ECONÔMICA?

Considerando o vocabulário utilizado e as preocupações gerais que transparecem nas explicações para a crise que passamos em revista, depreende-se um quadro geral da situação econômica que poderia ser definido por um repertório conceitual durkheimiano. Embora a ênfase seja dada mais ao aspecto regulatório *stricto sensu* (legislação e controles sobre as transações), é inegável o conteúdo “moral”, ora implícito, ora explícito, das críticas elabo-

4 Confrontar, por exemplo, com a introdução de Chesnais (1998).

5 Os analistas travam discussões infundáveis sobre a causa da desconfiança: fator psicológico, efeito manada, previsões pessimistas quanto aos rumos da economia, equações matemáticas, etc.

radas. Dessa forma, parece que o diagnóstico delineado tratar-se-ia de uma “anomia econômica patológica”⁶. Vejamos o que isso significa.

No que se refere à anomia, esse conceito está explicitamente delineado em *O Suicídio*, de Durkheim. Segundo ele, “qualquer ser vivo só pode ser feliz ou até só pode viver se suas necessidades têm uma relação suficiente com seus meios” (DURKHEIM, 2000, p. 311), porém a natureza humana por si só não “pode atribuir às necessidades o limite variável que lhes seria obrigatório” (DURKHEIM, 2000, p. 311), já que o desejo dos homens não possui um limite físico, facilmente encontrável. Assim, “é próprio da atividade humana desenvolver-se sem termo determinável e propor-se fins que não pode atingir” (DURKHEIM, 2000, p. 311).

A conclusão do autor é de que “é preciso, portanto, antes de tudo, que as paixões sejam limitadas”, mas o limite “deve necessariamente vir de alguma força exterior ao indivíduo” (DURKHEIM, 2000, p. 315). No caso, essa “força exterior” é a própria força moral da sociedade, que, fazendo parte do indivíduo, ao mesmo tempo que a ele se impõe, regula suas paixões e ações.

Ora, o diagnóstico sobre a crise financeira apresentado no início do artigo delineia um panorama muito semelhante ao estado de anomia definido por Durkheim. Por falta de uma regulação da ação dos indivíduos, seja ela institucional ou não, que lhes seja exterior, eles teriam perdido as referências (morais) de qual o limite de suas jogadas no mercado financeiro e até mesmo do que é permitido e do que é proibido⁷.

O momento de euforia que antecede a crise financeira, aliado aos efeitos perversos do “risco moral”, fez os agentes econômicos superestimarem suas possibilidades em um grau inimaginável, exatamente como na época de crises

6 O termo “anomia econômica” é empregado por Durkheim para designar a anomia própria do “mundo industrial e comercial” (DURKHEIM, 2000, p. 329).

7 O caso Madoff é emblemático dessa situação: durante anos, ele sustentou um esquema que, embora agora seja claramente considerado fraudulento, manteve-se funcionando nos limites entre o lícito e o ilícito até “dar errado”. A falta de parâmetros e “freios morais” era tanta que, de um lado, Madoff achou que poderia ganhar indefinidamente com um esquema que só poderia funcionar enquanto o mercado estivesse crescendo e, de outro, os investidores ficaram cegos diante da promessa de lucros excepcionais.

de “prosperidade”, descrita por Durkheim (2000, p. 321): “enquanto as forças sociais, assim libertadas, não reencontram o equilíbrio, seu valor respectivo permanece indeterminado e, por conseguinte, por um tempo inexistindo qualquer regulamentação. Já não se sabe o que é possível e o que não o é, o que é justo e o que é injusto”.

Quando a “crise de confiança” sobrevém, pondo abaixo a economia, confirma-se outra proposição durkheimiana: “O estado de desregramento ou *anomia*, portanto, ainda é reforçado pelo fato de as paixões estarem menos disciplinadas no próprio momento em que teriam necessidade de uma disciplina mais vigorosa” (DURKHEIM, 2000, p. 322).

Quanto ao fato de essa anomia na economia ser considerada patológica pelos economistas, devemos voltar às considerações de Durkheim, em *As Regras do Método Sociológico*. No início do capítulo 3, ele afirma a existência de duas ordens de fatos: “os que são o que devem ser e os que deveriam ser de outro modo, os fenômenos normais e os fenômenos patológicos” (DURKHEIM, 1999, p. 49). Após criticar uma série de formas arbitrárias de se distinguir normal de patológico, o critério fundamental aparece: “chamaremos normais os fatos que apresentam as formas mais gerais e daremos aos outros o nome de mórbidos ou patológicos” (DURKHEIM, 1999, p. 58). Dessa forma, é a generalidade do fenômeno no tempo e no espaço que lhe confere o estatuto de normal, e não “pré-noções” ou definições *a priori*.

Desse modo, segundo o discurso apresentado sobre as causas da crise financeira, esta parece ser um fenômeno patológico, um desvio do funcionamento regular e normal da economia. Um “descuido” ou estado de desatenção da sociedade parece ter afrouxado os controles sobre as transações econômicas, permitindo que a ganância de agentes econômicos importantes, sobretudo do mercado financeiro, ficasse sem as “devidas” restrições. A necessidade premente, no momento atual, seria a de rever os dispositivos regulatórios da economia, de forma a reenquadrar os indivíduos e colocar novamente a economia em seus trilhos.

Parece, assim, estar configurada uma anomia econômica de caráter patológico no que concerne à crise financeira mundial, a qual caberia remediar. É necessário, contudo, questionar a pertinência desse diagnóstico.

CRISE ECONÔMICA COMO FENÔMENO NORMAL NO CAPITALISMO

Em um de seus ensaios sobre Durkheim, P. Steiner compara os efeitos das crises políticas e das crises econômicas sobre a vida social. Ele mostra que as crises políticas podem ter um impacto integrador sobre a sociedade, por reunirem os indivíduos sob um mesmo ideal, ao passo que as crises econômicas parecem sempre ter consequências desreguladoras, por referirem-se somente aos interesses e às motivações pessoais. Nesses casos, as “paixões” se excitam sem que um controle moral as modere⁸.

Isso parece estar de acordo com o que Durkheim apresenta em *O Suicídio*, em que fica explícita a ideia de que a esfera econômica na verdade possui um vínculo especial com a anomia: “há uma esfera da vida social em que ela [a anomia] está atualmente em estado crônico: é o mundo do comércio e da indústria”⁹, e, em seguida, “o progresso econômico tem consistido principalmente em liberar as relações industriais de toda regulamentação” (DURKHEIM, 2000, p. 323). Segundo o autor, até o poder governamental, em vez de balizar a vida econômica, passou a ser subordinado a ela e sucumbiu ao “dogma do materialismo econômico” (DURKHEIM, 2000, p. 324) (a prosperidade industrial deve ser o principal objetivo das nações).

Nesse sentido, a anomia na economia não seria casual ou esporádica, mas teria se instalado com certa permanência nessa esfera, de modo que nela “o estado de crise e de anomia é constante e, por assim dizer, normal” (DURKHEIM,

8 Cf. Steiner (2000). Ver especialmente páginas de 72 a 74.

9 Hoje, acrescentar-se-ia: “e das finanças”.

2000, p. 325). O próprio Durkheim fornece, portanto, elementos para uma crítica do diagnóstico de que a anomia no mundo econômico seria patológica.

A própria história do capitalismo parece corroborar a proposição durkheimiana. Os chamados “30 anos gloriosos” (fim da Segunda Guerra até meados dos anos 1970) são um período caracterizado pela vigência dos Acordos de Bretton Woods e, por conseguinte, por uma relativa regulação internacional dos fluxos de capitais e um papel significativo do Estado na dinâmica econômica.

A “glória” desse momento, se realmente ocorreu, foi válida mais para os países centrais do que para os demais e teria se caracterizado por um bom nível de crescimento econômico, por poucas crises econômicas profundas e por certa estabilidade social.

Contudo, se tomarmos o período do capitalismo “maduro” (desde a revolução industrial), os chamados “30 anos gloriosos” parecem ter sido a exceção, e não a regra do funcionamento do capitalismo. Barry Eichengreen (2000, p. 23), por exemplo, em sua análise da história do padrão ouro, mostra que, “antes da Primeira Guerra Mundial, não existiam controles sobre transações financeiras internacionais e os fluxos de capital internacionais alcançavam níveis elevados”.

Na maior parte do tempo, a pouca intervenção direta do Estado na economia interna e a relativa “liberdade” do capital parecem ter sido a tônica. A partir dos anos 1970, em especial, as reformas capitaneadas por Reagan e Thatcher, em seus respectivos países, espalharam-se progressivamente para os demais, nos processos comumente chamados de “globalização” e “neoliberalismo”, colocando um ponto final nos “30 gloriosos” e seu sistema internacional de coordenação.

Isso significou uma desregulamentação profunda que permitiu que os capitais “represados”¹⁰ pelos Acordos de Bretton Woods fluíssem pelo mundo

10 Os críticos de Bretton Woods costumam falar em “repressão financeira”.

todo, sobretudo na forma financeira, sem grandes controles e ampliando desmesuradamente as expectativas de lucros. A hipertrofia do mercado financeiro acabou por engendrar, como visto, uma sucessão de crises – algumas muito profundas e de escala mundial – que não parece estar no fim.

Chega-se, assim, a uma constatação mais precisa sobre o problema em análise: mais do que a anomia ser algo normal na economia e até como decorrência disso, a crise econômica também é um fato normal nas sociedades capitalistas. Além de ser uma conclusão empírica, o que, para Durkheim, é fundamental na diferenciação entre normal e patológico, a recorrência das crises é explicada teoricamente pelo marxismo. Não é possível, nem necessário, reconstruir toda a teorização marxista sobre as crises, mesmo porque ela não é sistemática na obra de Marx¹¹. Basta retomar alguns aspectos importantes que confirmam a grande propensão (realmente efetivada) do capitalismo, por seu próprio movimento contraditório, a gerar crises.

Primeiramente, há o problema geral do funcionamento em si da economia de mercado. Embora a teoria econômica clássica defenda a ideia de que o mercado é o melhor regulador entre a produção de bens e as necessidades individuais (a famosa relação entre oferta e demanda), ela nunca conseguiu mostrar efetivamente como essa “mão invisível” alcançaria tal resultado.

Para Marx, ao contrário, o âmbito da circulação é caracterizado pela “anarquia” do mercado e da divisão social do trabalho¹². Cada capitalista, portanto, produz isoladamente com vistas à venda, mas esta só se confirma no momento mesmo da troca, quando a mercadoria finalmente realiza seu “salto mortal”. Na falta de uma coordenação *social* da produção e da distribuição (como seria em uma sociedade comunista), a possibilidade de grandes descompassos estaria dada. Isso porque – e essa é uma tese que permeia todo

11 Para uma análise sucinta do estatuto da crise na obra de Marx, consultar Grespan (1996).

12 Conforme, por exemplo, Marx, 1985a, em *O Capital*, Livro I, cap. 12, 4.

O Capital – a lógica da produção é a da acumulação do capital, da valorização do valor, e não do suprimento das necessidades humanas.

Como resume Grespan (1996, p. 294) ao falar da relação entre os dois grandes setores da economia, o de produção de meios de produção e o de produção de bens de consumo:

Estes dois setores precisam produzir conforme as necessidades um do outro, mas de fato determinam seu produto de acordo com o impulso de valorização de seu próprio capital; visam seu lucro, sem considerar *ex ante* que este tem de se realizar através da venda de seu produto ao outro setor. Daí a possibilidade da crise.

Portanto, embora haja o cumprimento de leis férreas da acumulação capitalista, a falta de coordenação social da economia leva a uma “anomia” de mercado.

Outro fator crucial para a ocorrência de crises é a chamada “queda tendencial da taxa de lucro”¹³. Com a concorrência, os capitalistas buscam lucros maiores por meio não só de expedientes da mais-valia absoluta (aumento da jornada de trabalho, intensificação do trabalho, etc), mas também, e sobretudo, da inovação tecnológica. O aumento da participação das máquinas na produção tem como efeito a redução da relação entre trabalho vivo (fonte da criação de valor) e o trabalho morto contido na maquinaria, nos meios de trabalho e nas matérias-primas.

Desse modo, ao buscarem obter lucros extras em curto prazo, os capitalistas acabam, a longo prazo, diminuindo a base mesma de produção do valor e do lucro. A queda da taxa geral de lucro tem um impacto direto no investimento e na reprodução social, provocando uma crise de sobreacumulação: o capital não pode mais ser reinvestido na produção de forma a obter a mesma

13 Marx, em *O Capital*, 1985b, Livro III, seção 3.

lucratividade e precisa “desvalorizar-se” ou encontrar novas oportunidades de investimentos¹⁴.

A própria dinâmica do capitalismo agrava os dois fatores mencionados, já que não se restringe à reprodução simples, mas é impelida à reprodução ampliada. Nesta, a maior parte da mais-valia produzida é reinvestida na produção, em vez de ser consumida pelo capitalista ou entesourada por ele. Esse reinvestimento pode ter dois efeitos não mutuamente excludentes: ampliando a escala da produção, lançam-se na circulação mais mercadorias e tem-se o problema de realização do valor, pois pode não haver demanda para mais produtos; e, introduzindo novas máquinas e técnicas de produção, diminui-se a proporção do trabalho vivo e a base de lucro se estreita em longo prazo, reforçando a possibilidade de crise.

Por último, há a questão do crédito, muito importante para compreender as crises financeiras atuais. No capítulo 3 de *O Capital*, Marx apresenta as três determinações constitutivas do dinheiro. A primeira, medida dos valores, expressa o caráter do dinheiro de ser uma “régua” para medir o valor das diferentes mercadorias e, por conseguinte, de ser um padrão de preços. A segunda, meio de circulação, é a função do dinheiro de intermediar as trocas de mercadorias, facilitando as transações, já que todas as mercadorias possuem seus preços em dinheiro. Por fim, e esta é a determinação que interessa aqui em especial, tem-se o entesouramento e o meio de pagamento.

Nesse momento, o dinheiro está completamente constituído e autonomiza-se da própria circulação: o entesouramento é o ato de fazer uma reserva de valor, ou seja, uma quantidade de dinheiro que é retirada momentaneamente da circulação como valor “puro”; e o meio de pagamento é o dinheiro funcionando idealmente como intermediário da troca, pois não precisa estar presente

14 Essa necessidade de o capital se expandir para novas áreas quando de uma crise de sobreacumulação é tratada em Harvey (2005). Ela está por trás, por exemplo, da mencionada liberalização financeira iniciada nos anos 1970. Essa expansão, portanto, muitas vezes abre uma oportunidade para uma maior desregulamentação do capital.

na transação (não precisa realmente circular). Com o dinheiro funcionando como meio de pagamento, as mercadorias trocam de mãos, mas o pagamento se efetua posteriormente. Está dada, portanto, a possibilidade do crédito.

A forma básica do crédito é exatamente a do crédito comercial. Por exemplo: o pastor de ovelhas dá crédito ao fiador de lã, que o dá ao tecelão, que o dá ao produtor de camisas, que o dá ao vendedor de roupas. Quando este vende as camisas (realiza a mercadoria), paga ao produtor de camisas, que paga ao de trás na cadeia, até chegar ao pastor de ovelhas. Embora haja formas mais complexas de crédito e empréstimo, todas elas se fundamentam no mesmo princípio: a realização *futura* do valor, sem a qual o tomador de crédito/empréstimo não consegue fazer o pagamento, e todos os participantes da cadeia de transações têm prejuízo.

Ora, como vimos, a venda da mercadoria final é sempre uma incógnita, em decorrência da anarquia do mercado. Com o crédito, o potencial de crise se eleva consideravelmente por diversos motivos, dos quais serão mencionados dois. Primeiro porque o fracasso de um capitalista agora repercute diretamente em muitos outros que estão a ele conectados pelo crédito. Segundo porque uma consequência “natural” do sistema de crédito e do “capital portador de juros” é a geração de “capital fictício”¹⁵. Assim como o crédito “alavanca” a economia em função do aumento do volume de transações e da disponibilidade monetária, quando a crise sobrevém, quantias às vezes muito superiores à capacidade de pagamento dos capitalistas são devidas exatamente por causa da formação de capital fictício.

Contemporaneamente, o número elevado de crises e sua profundidade se devem, em grande medida, ao fato de que, nos mercados financeiros altamente complexos e desenvolvidos, a quantidade de capital fictício é astronômica,

15 Cf. Marx, 1985b, em *O Capital*, Livro III, seção V. O capital portador de juros é aquele que é emprestado como capital (normalmente na forma dinheiro) e deve ser devolvido acrescido de juros. Já o capital fictício possui muitas facetas, mas o importante é que ele funciona como capital, sem, contudo, possuir base material. Só quando a crise sobrevém é que há o “acerto de contas” dessa “ficção”.

já que praticamente não há limites para sua formação. Há muito mais valor rodando nos circuitos financeiros do que o produzido e transacionado realmente¹⁶.

Disso fica claro que “o capitalismo é apreendido e definido por Marx, portanto, como um contexto de crise” (GRESBAN, 1996, p. 297). Por isso a crise, hoje, mais do que nunca, é endêmica das sociedades capitalistas e, como visto, deve-se a processos “normais”, e não “patológicos”, como sugerem as explicações da economia convencional sobre a crise financeira¹⁷.

ANOMIA COMO DIAGNÓSTICO DA MODERNIDADE E “REIFICAÇÃO” COMO CONCEITO MEDIADOR

A partir da constatação de que a anomia se tornou normal na economia e de que as crises econômicas, portanto, são igualmente fatos normais nas sociedades capitalistas, começamos a nos aproximar de um ponto central desenvolvido por Durkheim em *O Suicídio*. Se o conceito de anomia em *A Divisão do Trabalho Social* ainda era restrito a fenômenos isolados ou transitórios, em *O Suicídio* ele adquire um estatuto explicativo da modernidade. Vejamos como isso se dá.

Com a elaboração do conceito de “suicídio anômico”, a questão se desloca do problema da integração dos indivíduos (suicídios egoísta e altruísta) para a descoberta de uma fonte de sofrimento que se inscreve no interior mesmo das relações sociais. O propósito do estudo anunciado na introdução – extrair “algumas indicações sobre as causas do mal-estar geral de que sofrem

16 “É o caso, em particular, dos cerca de 1,4 trilhão de dólares de transações que se realizam diariamente no mercado de câmbio, das quais uma proporção de apenas 5 a 8% corresponderia a uma transação internacional ‘real’” (Bis, 1994; 1995 *apud* CHESNAIS, 1998, p. 15).

17 “Bem ao contrário do que postula a economia convencional, para a qual o estado normal da economia capitalista é a harmonia e o equilíbrio, sendo as crises momentos incomuns, rapidamente corrigidos se o mercado for deixado em paz, Marx enxerga nesses eventos a característica definidora do capitalismo. Vendo-o como um sistema complexo e dinâmico, movido a contradições, esses episódios são, para ele, tão naturais quanto necessários” (PAULANI, 2009).

atualmente as sociedades europeias e sobre os remédios que podem atenuá-lo” (DURKHEIM, 2000, p. 4) – demonstra uma inflexão na problematização durkheimiana da sociedade. Diretamente, a questão passa a ser o modo como as sociedades exercem uma ação reguladora sobre a vida dos indivíduos e o grau de sucesso com que o fazem.

Em *A Divisão do Trabalho Social*, Durkheim buscava mostrar que a divisão do trabalho, em vez de esgarçar os vínculos sociais, constituía-se como a fonte de uma solidariedade *sui generis*: a “solidariedade orgânica”. A “divisão anômica” do trabalho seria algo excepcional, e as crises eventualmente surgidas seriam apenas temporárias. Em outros termos, o estado de anomia é identificado como um período passageiro no qual não haveria regras de conduta preestabelecidas e, portanto, as interações sociais poderiam eventualmente desencadear conflitos, em vez de produzir solidariedade.

Já o conceito de anomia desenvolvido em *O Suicídio* mostra-se mais radical, e o lugar ocupado por ela é outro. A anomia aparece, primeiramente, como causa explicativa de um tipo de suicídio. Contudo, no desenvolvimento de sua análise, Durkheim não se restringe a examinar as manifestações esporádicas do “suicídio anômico”. Ao contrário, para além da situação de anomia decorrente de períodos de crises econômicas intermitentes, por exemplo, o que parece mais preocupar nosso autor são os domínios da vida social em que a anomia se manifesta de maneira regular e constante, dos quais ele identifica dois: o “mundo do comércio e da indústria”, como vistos, e o dos “vínculos conjugais” (com a instituição do divórcio), a fim de compreender como um estado, a princípio patológico, parece ser capaz de contaminar as demais esferas da vida social, ameaçando se tornar um fenômeno normal em toda a sociedade, dada sua perenidade.

Trata-se, portanto, de um “estado de perturbação profunda” na ordem social na qual os “avanços anormais do suicídio” e o “mal-estar geral” dão

mostras de uma “corrente de tristeza coletiva” (DURKHEIM, 2000, p. 512) que incide violentamente sobre a modernidade¹⁸.

Contudo, permanece não claramente desenvolvido na obra de Durkheim o motivo desta “normalização” da anomia e o porquê de ela se tornar normal primeiro em algumas esferas, especialmente a econômica, e depois englobar as outras. No capítulo sobre o suicídio anômico (DURKHEIM, 2000, Livro II, cap. 5), o raciocínio parece um tanto circular: a sociedade está desregulada por causa da anomia, e esta surge da desregulamentação da sociedade (perda do poder das sociedades política, religiosa e doméstica).

Nesse ponto, talvez caiba uma crítica ao autor e se deva concordar com T. Bottomore: “*his conception of a transition from ‘mechanical’ to ‘organic’ solidarity, or from ‘traditional’ to ‘modern’ societies, is very vaguely sketched, and has nothing like the precision and wealth of detail which is to be found in the historical sociology of Marx and Weber*”¹⁹ (BOTTOMORE, 1981, p. 907).

Durkheim parece perceber com argúcia os aspectos externos da transição das sociedades tradicionais para as modernas, sem, contudo, chegar ao cerne do problema. Por sua perspectiva funcionalista, acaba confundindo a estrutura social com suas relações externas, correndo, assim, o risco de permanecer “*a prisoner of appearances within the social system studied*”²⁰.

Para o aprofundamento dessa questão na qual Durkheim parece não ter suficientemente penetrado, talvez o marxismo possua uma contribuição valiosa. Em *O Manifesto Comunista*, Marx e Engels fazem um denso resumo

18 Não nos esqueçamos de que, embora o argumento central do livro para constituir o suicídio como fenômeno sociológico seja a constância da taxa de suicídios de ano para ano, ao considerar a evolução dessa taxa ao longo de muitos anos, vê-se um aumento progressivo dos suicídios. Em grande medida, esse aumento gradual pode ser atribuído a um afrouxamento da regulamentação, própria das sociedades modernas (Cf. DURKHEIM, 2000, Livro III, cap. 3. I).

19 “Sua concepção de uma transição da solidariedade ‘mecânica’ para a ‘orgânica’, ou das sociedades ‘tradicionais’ para as sociedades ‘modernas’, é muito vagamente esboçada, não possuindo nada parecido com a precisão e a riqueza de detalhe encontradas na sociologia histórica de Marx e Weber” (livre tradução).

20 Bottomore (1981, p. 909, citando a crítica de Godelier ao funcionalismo); “prisioneiro das aparências internas ao sistema social estudado” (livre tradução).

histórico da constituição da modernidade, ou seja, da passagem do feudalismo para o capitalismo e da ascensão da burguesia ao poder político, social e ideológico.

Nessa reconstrução histórica, os autores descrevem uma dissolução da regulação social centrada na família, na religião, na tradição, etc.: a burguesia “pôs termo a todas as relações feudais, patriarcais e idílicas [...], não deixou restar vínculo algum entre um homem e outro além do interesse pessoal estéril [...], afogou os êxtases mais celestiais do fervor religioso [...], converteu mérito pessoal em valor de troca”. “Em uma palavra, substituiu a exploração velada por ilusões religiosas e políticas, pela exploração aberta” (MARX; ENGELS, 1998, p. 13).

Essa dissolução da ordem social feudal pode ser equiparada à constatação de Durkheim de uma ruptura fundamental entre as sociedades primitivas e as modernas, que põe a anomia como problema e interdita qualquer ilusão sobre uma regulamentação que esteja novamente fundada nas sociedades política, religiosa ou doméstica²¹. Para Marx e Engels (1998, p. 14), “todas as relações firmes, sólidas, com sua série de preconceitos e opiniões veneráveis, foram varridas”. Porém, isso não é visto como um perigo de dissolução total da sociedade, mas como a substituição de uma dinâmica social por outra. Anos mais tarde, em *O Capital* e nos *Grundrisse*, Marx apresentará com profundidade e detalhes como essa sociedade nascente se estrutura.

Em *O Capital*, são apresentados muitos níveis e aspectos da sociedade capitalista, mas o conceito-chave para entender a natureza dos vínculos que se formam entre os indivíduos é o “fetichismo da mercadoria”. Com a generalização das trocas mercantis e a intensa monetarização da vida no capitalismo (cada vez se produz menos para si e tudo se compra no mercado com dinheiro), o centro gravitacional da sociedade vai se deslocando para o mercado. O fetichismo da mercadoria é, por conseguinte, um fenômeno social

21 Cf. Durkheim (2000, Livro III, cap 3, II).

em que as relações sociais entre os produtores aparecem “não como relações diretamente sociais entre pessoas em seus próprios trabalhos, senão como relações reificadas entre as pessoas e relações sociais entre as coisas”²². Ou seja, o mercado é mediador e condiciona as relações sociais, porém elas não aparecem como tais, e sim como relações entre os produtos do trabalho (coisas). Há, assim, uma espécie de naturalização do funcionamento social e da ordem capitalista (dominação de classe) e a passagem de relações pessoais com base na tradição para relações impessoais (coisificadas) do mercado.

Além disso, no capítulo 21 do mesmo livro, que trata da reprodução simples, fica claro como o próprio ciclo do capital repõe suas condições iniciais, produz sempre de novo a separação entre força de trabalho e meios de produção e, portanto, burgueses de um lado e proletários de outro. E isso apesar da anarquia do mercado mencionada anteriormente ou mesmo por meio dela. Mesmo com os desencontros da compra e venda de força de trabalho (e demais mercadorias) e da ocorrência das crises, a sociedade se reproduz, e os limites e as possibilidades dos indivíduos estão socialmente dados.

Talvez por sua ótica “moralista” e guiada pelas noções de “normal” e “patológico”, Durkheim tenha considerado a perda de poder regulador da sociedade política, religiosa e doméstica como sinal de um vácuo regulatório, ao passo que Marx viu no mercado e nas relações capitalistas de produção uma fonte fortíssima de estruturação social, ainda que talvez “anômica” do ponto de vista moral.

Há dois momentos importantes em que Durkheim reconhece claramente que o “segredo” da sociedade moderna está no âmbito da economia, ou ao menos no do trabalho: ao apontar, em *A Divisão do Trabalho Social*, a divisão do trabalho como geradora de solidariedade (e, portanto, de estruturação social), e em *O Suicídio*, ao apostar no “grupo profissional” como único meio

22 Marx, em *O Capital*, 1985a, Livro I, cap. 1, p. 71.

de se contrapor à desagregação social. Contudo, continua a lhe escapar a forma preponderante pela qual a economia molda a sociedade.

Se Durkheim percebe a relevância da esfera econômica na sociedade moderna e identifica um fenômeno, a anomia, que se torna crônico nessa esfera e ameaça dominar a sociedade como um todo, ele não consegue, como já exposto, fundamentar adequadamente como, nem por que isso ocorre. Georg Lukács é quem, seguindo de perto a teoria de Marx e desenvolvendo-a, dá a pista de como interpretar esse fenômeno a partir do conceito de “reificação”.

Em *História e Consciência de Classe*, Lukács parte do conceito de fetichismo da mercadoria, de Marx, como pedra angular para a compreensão do capitalismo e, com a contribuição da Sociologia alemã, mostrará como o fetichismo se expande da esfera econômica para toda a sociedade (ciência, ordem jurídica, filosofia, etc.). Desse modo, somente quando não se trata a mercadoria de forma isolada, mas a reconhece como problema central e estrutural da sociedade capitalista é que se pode “descobrir na estrutura da relação mercantil o protótipo de todas as formas de objetividade e de todas as suas formas correspondentes de subjetividade na sociedade burguesa” (LUKÁCS, 2003, p. 193).

O conceito de reificação é, em muitos aspectos, semelhante ao de “alienação”²³, pois um de seus fundamentos é o princípio da abstração – originário da troca de mercadorias –, em que a qualidade (ou o valor de uso) dos objetos é abstraída. Esse processo é especialmente pernicioso em relação à força de trabalho, pois, ao se tornar mercadoria e, portanto, coisificar-se, também perde sua qualidade (ou individualidade) no mercado. Essa transformação, em que a quantidade passa a se sobrepôr à qualidade, inevitavelmente se manifesta nas demais esferas da sociedade, pois altera a forma de pensar dos indivíduos e seu olhar sobre o mundo.

23 Conceito presente nos escritos de juventude de Marx, principalmente em *A Ideologia Alemã* (que não tinha sido lida por Lukács, pois ainda não estava publicada).

Além disso, há também a questão da separação entre força de trabalho e meios de produção, que dissocia o produtor do resultado de seu trabalho, e da mecanização e parcelização, que cindem a subjetividade:

“seu trabalho fragmentado e mecânico [...] é transformado em realidade cotidiana durável e intransponível, de modo que, também nesse caso, a personalidade torna-se o espectador impotente de tudo que ocorre com sua própria existência, parcela isolada e integrada a um sistema estranho” (LUKÁCS, 2003, p. 205).

Portanto, com a universalização da forma mercadoria, “o homem é confrontado com sua própria atividade, com seu próprio trabalho como algo objetivo, independente dele e que o domina por leis próprias, que lhe são estranhas” (LUKÁCS, 2003, p. 199)²⁴. Tal relação do homem com o mundo não pode ficar restrita à esfera econômica e do trabalho e necessariamente contamina toda a vida social. Não é irrelevante que Lukács fale sempre em “totalidade social” para se referir ao capitalismo²⁵.

A ideia de reificação busca, pois, esclarecer e conceitualizar um mecanismo que é tanto correia de transmissão da economia para o resto da sociedade como expressão da organização social capitalista na economia. Ela mostra como essa nova estruturação social mediada e articulada pelo mercado (e, portanto, seu funcionamento “anômico”, como visto) abrange a totalidade social. Embora as preocupações de Lukács sejam bastante distintas das de

24 Sobre isso, é interessante como Durkheim apreendeu o “espírito” da reificação (subordinação de tudo à lógica do capital e à inversão entre meios – produção de mercadorias – e fins – atendimento das necessidades humanas): “A indústria, em vez de continuar sendo considerada como um meio com vistas a um fim que a ultrapassa, tornou-se o fim supremo dos indivíduos e das sociedades” (DURKHEIM, 2000, p. 325).

25 Nesse ponto cabe a crítica de Sorel a Durkheim, citada por Bottomore (1981 p. 904): “*the various systems, political, philosophical, religious, cannot be considered as independent, with their own particular foundations*”; “os vários sistemas, político, filosófico, religioso, não podem ser considerados independentemente, com seus próprios fundamentos particulares” (livre tradução).

Durkheim ao analisar o impacto da reificação nas outras esferas da sociedade, sugere-se pensar em uma espécie de transposição do conceito lukaesiano para o contexto durkheimiano.

Tendo mostrado que as crises econômicas são “normais” no capitalismo, foi possível compreender melhor por que Durkheim identificou uma anomia que se tornou normal na economia e por que esta tinha condições de se tornar um centro irradiador daquela. Com o conceito de reificação, é possível respaldar e fundamentar essa conexão vislumbrada por Durkheim entre a esfera econômica e o resto da sociedade e elucidar o ponto obscuro de sua teoria – o que propriamente permite que fenômenos da esfera econômica se disseminem para a totalidade social. Talvez assim seja possível desvencilhar-se do raciocínio circular do sociólogo francês e compreender o significado profundo de sua frase: “Eis a razão da efervescência que reina nessa parte da sociedade [mundo da indústria e do comércio], mas que, dela, estendeu-se para o resto” (DURKHEIM, 2000, p. 325).

CONCLUSÃO

Partindo de uma questão contemporânea, a atual crise financeira mundial, pretende-se ter alcançado dois objetivos mais gerais. Primeiramente, identificou-se certa afinidade entre um tipo de explicação para a crise e o quadro teórico de Durkheim, no que se refere à preocupação geral com o funcionamento da sociedade (ou da economia) e ao vocabulário “moral” de ambos. A partir dessa aproximação e combinando conceitos durkheimianos com uma análise marxista, buscou-se fazer a crítica dessa explicação para a crise: não é uma “anomia patológica”, mas sim o funcionamento “normal” das economias capitalistas que está na raiz da crise financeira.

Em segundo lugar, ao se aprofundar na análise de Durkheim, apontou-se a argúcia de sua reflexão, ao fazer da anomia uma espécie de diagnóstico da modernidade. Embora sua ótica “moralista” ainda o faça considerar essa

anomia como patológica, ele está próximo de Marx quando argumenta que as sociedades política, religiosa e doméstica já não podem mais ser as fontes da regulação social. Nesse sentido, buscou-se em Lukács o conceito de reificação, a fim de fazer a mediação, não adequadamente formulada em Durkheim, entre a esfera econômica e o resto da sociedade, para mostrar como seria possível que a anomia crônica, tornada “normal” na primeira, refletisse na segunda. Criticando, assim, certos aspectos da teoria durkeimiana, aproveitaram-se elementos do marxismo para preencher certas lacunas e melhorar a compreensão da visão de Durkheim sobre a sociedade moderna.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOTTOMORE, T. A marxist consideration of Durkheim. *Social Forces*, Chapel Hill, v. 59, n. 4, Special Issue, pp. 902-917, Jun. 1981.
- CHESNAIS, F. (Org.). *A mundialização financeira*. São Paulo: Xamã, 1998.
- _____. Fin d'un cycle. Sur la portée et le cheminement de la crise financière. *La Brèche/Carré Rouge*, Lausanne, n. 1, pp. 17 a 31, 1º trim./2008.
- DURKHEIM, E. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- _____. *O suicídio. Estudo de Sociologia*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- EICHENGREEN, B. *A globalização do capital*. São Paulo: Editora 34, 2000.
- FOLHA ONLINE. *Mercado de trabalho nos EUA piora em junho e fecha 467 mil vagas*. 2/7/2009. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u589615.shtml>>. Acesso em: 4/7/2009.
- GEITHNER, T.; SUMMERS, L. Um novo alicerce financeiro. *O Estado de S. Paulo*, 16/06/2009. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090616/not_imp387823,o.php>. Acesso em: 4/7/2009.
- GRESPLAN, J. A teoria das crises de Marx. In: COGGIOLA, O. (Org.). *Marx e Engels na história*. São Paulo: Xamã, 1996.
- HARVEY, D. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola. 2005.
- LUKÁCS, G. *História e consciência de classe*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARX, K. *O capital. Crítica da economia política*. v. I. São Paulo: Abril Cultural, 1985a.

_____. *O capital. Crítica da economia política*. v. Iii. São Paulo: ABRIL CULTURAL, 1985b.

MARX, K.; ENGELS, F. *O manifesto comunista*. São Paulo: Paz e Terra, 1998. (Coleção Leitura.)

O ESTADO DE S. PAULO. *Davos quer frear “ganância mundial”*. 22/01/2009. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090122/not_imp310928,o.php>. Acesso em: 4/7/2009.

PAULANI, L. Marx, as crises e a “desregulação financeira”. *Carta Maior*, 19/05/2009. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=15992>. Acesso em: 4/7/2009.

STEINER, P. Crise, effervescence sociale et socialisation. In: BORLANDI, M.; CHERCKAOU, M. (Ed.). *Le suicide. Un siècle après Durkheim*. Paris: PUF, 2000. pp. 63-85.

SADDI, J. Duras lições, a crise de 1907 e a crise atual. *O Estado de S. Paulo*, 26/12/2008. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20081226/not_imp299054,o.php>. Acesso em: 4/7/2009.

